Maria Manuel, *Paula Rego's Map of Memory. National and Sexual Politics*

Rui Bebiano

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1088>

DOI: 10.4000/rccs.1088

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 junho 2004

Paginação: 167-169

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Rui Bebiano, « Maria Manuel, *Paula Rego's Map of Memory. National and Sexual Politics* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 68 | 2004, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1088> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.1088>

Recensões

Maria Manuel, *Paula Rego's Map of Memory. National and Sexual Politics*. Lisboa: Hants, Ashgate, 2003, 220 pp.

Foi no princípio da década de 80, longe já da tempestade cultural do pós-Abril, que começaram a surgir os primeiros estudos sistemáticos acerca do Estado Novo que puderam ser concebidos sem um manifesto *parti-pris*. Esse então novo espaço de análise, retirado de início à prática exclusiva do jornalismo de investigação por alguns historiadores, passou pouco depois a ser também abordado pela ciência política, pelos estudos literários, pela sociologia, pelas ciências da educação ou pela antropologia, num processo de crescente permuta de saberes. *Vozes do Povo*, uma obra colectiva acabada de editar pela Celta, funciona como testemunho notável dessa pluralidade disciplinar, aplicada, neste caso, ao reconhecimento do processo de folclorização em Portugal. No entanto, este esforço manteve-se durante muito tempo confinado a observações dominadas por uma perspectiva essencialmente historicista e retrospectiva, empenhada em observar, descrever e interpretar o colectivamente vivido em função dos factos e dos fenómenos produzidos no interior do tempo-passado que o acompanhava. Quer isto significar que os fenómenos de integração cultural produzidos ao longo da época em causa, nomeadamente aqueles que puderam ir sendo armazenados pelo território de memória, afirmando-se através de um trajecto de extensa duração que incluía o reflexo das sucessivas práticas vivenciais, permaneciam praticamente ignorados.

Não se questionava assim o papel dinâmico e integrador das experiências de vida, e menos ainda os reflexos traumáticos que

estas pudessem conter e transportar até ao presente. Ao longo de sensivelmente vinte anos, omitiram-se, nas abordagens propostas pelas ciências sociais e humanas – apesar de mais cedo terem sido integradas na criação literária e artística –, tanto a memória legada da cultura do salazarismo que sobreviveu à sua derrocada, como a referência a experiências capazes de deixarem marcas profundas no psiquismo individual e colectivo, como ainda o fortíssimo impacte de uma propaganda política intensa e de uma educação fortemente dirigida e autoritária. O mesmo aconteceu com a reminiscência de uma sexualidade vivida dentro de parâmetros extremamente rígidos, ou com as ondas de choque da violência, transmutada em guerra a partir de um dado momento, que se manteve sonegada dos relatos e afastada do quotidiano. Apesar da imediata visibilidade do *Labyrinth of Saudade*, publicado em 1978 por Eduardo Lourenço – onde se falava já da necessidade de se proceder a “uma autêntica psicanálise do nosso comportamento global” – mantinha-se o esforço de levantamento de um imaginário de ruptura, assente nas novas convicções democráticas e europeístas, que preferia fechar o álbum do passado a observá-lo na sua continuidade.

Neste contexto, o livro de Maria Manuel Lisboa (MML) sobre a pintura de Paula Rego (PR) articula-se com um esforço ainda pioneiro. A partir de uma abordagem detalhada de parte importante da obra da pintora – principalmente aquela que se desenvolveu a partir de 1980 – a autora procura mostrar de que forma, após um

período centrado em trabalhos com acrílico e de colagem, esta evoluiu para “uma arte narrativa mais naturalista”, coincidente com um período ao longo do qual “a dimensão do pessoal e do familiar contaminou a sua preocupação política e pedagógica com a vida nacional portuguesa” (p. 15). Será sobre este pano de fundo que, de uma forma particularmente original, MML irá identificar uma memória dinâmica, centrada numa análise muito detalhada da obra da artista. Esta articula os interesses mais pessoais de PR com um *background* de infância – o tempo vivido em Portugal, desde o nascimento até à mudança para Inglaterra em 1951, com apenas dezasseis anos – que, varrido para debaixo do tapete por muitos dos seus compatriotas, parece aqui revelar-se omnipresente, evocando a experiência evidente, ou subliminar, mas assumida, do salazarismo e do seu destino. Aliás, a pintora tem considerado repetidamente ser “sempre e visceralmente portuguesa”, afirmando que as suas pinturas nunca foram sobre outra coisa que não sobre Portugal (p. 4). A detalhada abordagem dos últimos vinte anos da obra de PR é, por isso, desenvolvida aqui a partir de um pressuposto, de acordo com o qual os trabalhos deste período integram uma elevadíssima carga simbólica, em condições de remeter todas as leituras para uma incontornável articulação com os sinais fundadores que integram a perspectiva distanciada, mas intensa e omnipresente, que PR possui do seu país.

A identificação desses elementos simbólicos remete para áreas que dizem simultaneamente respeito à vida individual e à vida colectiva, através de formas de representação que têm como referente a presença da autoridade, a iconografia de raiz histórica, a vida familiar, a experiência da sexualidade, o lugar da mulher ou a quietude do tempo e da paisagem, de acordo com uma definição imagética e conceptual

que se inscreve claramente dentro de um certo imaginário do universo português pré-revolucionário.

Tal como é mostrado por MML, estas formas são construídas, na pintura da artista, a partir de um conjunto de referências que integram em larga medida os “valores de Braga” – Deus, Pátria, História, Autoridade, Família, Trabalho – matriciais na definição do salazarismo enquanto doutrina e arquétipo cultural e proclamados pelo ditador em Maio de 1936. Por outro lado, a figura do próprio Salazar, enquanto protótipo-homem providencial destinado a promover e a modelar um ideal de cidadão, encontra-se presente na própria pintura de PR, revelando-se de uma forma quase óbvia em *Partida* e *A Dança*, quadros de 1988. Todavia, este referencial não é estabelecido, de forma alguma, sem uma forte contrapartida iconoclasta, a qual, como a autora deste livro sublinha, “se aproxima por vezes do profano”, definindo uma perspectiva violenta e subversiva de fragmentos de um passado, de um acontecido, que fora apresentado na sua fonte primordial como modelar e inapelável.

Todo este esforço é desenvolvido, de uma forma coerente, muito documentada e detalhada, ao longo do volume. Desde logo na importante introdução, onde se apresentam, aos leitores de língua inglesa, os quadros basilares da política e da moral do salazarismo, na sua ligação com a vida e a obra, ambas distantes mas feitas de constantes regressos, de PR. Central é também, neste contexto, o primeiro capítulo de *Paula Rego's Map of Memory*, no qual se procede a uma releitura da obra da pintora no período que antecede a década de 1980, em ligação com os processos de identificação política e pessoal de Portugal e com os reflexos que desde cedo eles foram tendo na sua obra. No segundo capítulo, procura fazer-se a identificação de um conjunto de símbolos e de figuras que, de uma

maneira ou de outra, foram integrando na pintura de PR uma parte da vida pessoal e da sua comunidade de origem. O capítulo terceiro tenta principalmente a apropriação de um conjunto de sinais que funcionam como forma de integração da vida familiar e sexual numa espécie de universo primordial proposto pela autora e ao qual ela permanece unida. Numa abordagem mais específica, o último capítulo, o quarto, trata o corpo feminino e os quadros de PR sobre o aborto, procedendo, uma vez mais, a uma “leitura portuguesa” destes temas. Por fim, uma conclusão bastante prospectiva procura definir o universo da pintora por analogia com outras construções detectadas no campo geral da produção artística, mostrando-o como um mundo próprio e de alguma forma irrepetível, mantendo uma ligação ao passado que, ao mesmo tempo, foi capaz de encontrar as condições para percorrer o seu próprio caminho.

No geral, a autora fornece-nos, através da sua leitura pessoal e comparada da obra de PR, uma perspectiva simultaneamente

específica e panorâmica, que nos permite reconhecer elementos fundamentais na definição da nossa peculiar contemporaneidade. Foi ainda Lourenço quem anotou que, ao longo de décadas, tudo, ou o essencial, parecia ao português estar sempre em algum outro lado, nas Paris, Londres ou Nova Iorque “que não éramos, nem podíamos, ser”. Maria Manuel Lisboa revela-nos aqui, por interposição da sua leitura original, e de uma certa forma ousada, da obra de Paula Rego, que o inverso se passou igualmente. Algures, longe do solo materno, permanecia, na actividade criadora de uma portuguesa da diáspora, uma demanda das raízes destinada a preservar, e ao mesmo tempo a reconstruir, a memória de um conjunto de sinais e de experiências com as quais os Portugueses efectivamente conviveram. Será também por isso que a obra de Paula Rego quase sempre “dói”. Como dói, até que os reconheçamos e integremos, a lembrança de todos os traumas.

Rui Bebiano

Mary Nash; Susanna Tavera (orgs.), *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la Contemporánea*. Barcelona: Icaria editorial, 549 p.

I am tired of being the blood, the earth and the scream. I address the storyteller and those who have passed the tale down, written it down, recited and believed it. Is that all? I ask the storyteller. Where am I then? Do I have to be Abel if I don't want to be Cain? Is there no other way?

DOROTHEE SOLLE

Ao longo dos séculos, as experiências das mulheres foram marginalizadas e secundarizadas nos acontecimentos históricos mais relevantes, em particular nas guerras, con-

trastando com o protagonismo e primordialidade atribuídos aos papéis assumidos por homens. A história das guerras e dos seus impactos é portanto uma história incompleta, parcial, caracterizada pela ausência das experiências e análises centradas nos papéis desempenhados pelas mulheres.

Na opinião de Betty Reardon (1985), o sistema patriarcal produziu o sistema de guerra, e os seus aspectos violentos afectam as nossas relações, desde as interpessoais às internacionais. Por isso, mesmo a guerra

é vista como sendo a pedra angular da masculinidade, o momento que marca a transição para a fase adulta na vida dos homens (Enloe, 1983). Já a participação das mulheres nas guerras não foi, nem é, considerada um acontecimento importante no processo de construção da sua identidade social. Pelo contrário, a maternidade é considerada o acontecimento que marca a transição para a idade adulta da mulher. A imagem de mãe contraposta à imagem de guerreiro, dar a vida e provocar a morte, serviu para legitimar, ao longo dos séculos, a construção dos papéis sexuais relacionados com a paz e com a violência. Do mesmo modo, a divisão entre “protectores” e “desprotegidas” contribuiu para a relação de dependência no plano colectivo e individual (Martínez López, 2000: 257-258), associando os homens à violência e à agressividade e as mulheres à passividade e ao cuidado, características relegadas para a esfera subjectiva e privada (e portanto subalternizada). Esta visão estereotipada e profundamente enraizada na nossa cultura manteve-se ao longo de séculos, moldou a escrita da História, e ainda se mantém.

As propostas de análise da participação das mulheres nas guerras e dos impactos destas guerras nas suas vidas correspondem a uma análise dos *espaços sem história*, com actores silenciados. Tais propostas começaram a emergir nos anos 80, em resultado de uma linha de investigação feminista sobre a paz e a violência, com investigadoras como Betty Reardon ou Cynthia Enloe. Apenas há pouco mais de uma década começou a considerar-se a especificidade das necessidades das mulheres em contextos bélicos e na fase de reconstrução pós-conflito, em particular no âmbito das Nações Unidas. No entanto, o reconhecimento e aceitação das mulheres enquanto “grupo vulnerável” nos contextos de conflito armado e de reconstrução pós-bélica

tem conduzido à minimização e ausência de informação e análises sobre a ampla variedade de papéis que as mulheres (tal como os homens) assumem nestes períodos. Esta necessidade já foi reconhecida, recentemente, pelas Nações Unidas. A 31 de Outubro de 2000, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz, Segurança e Direitos Humanos que resultou, por um lado, da avaliação negativa relativamente à implementação da Plataforma de Acção de Pequim e, por outro, da necessidade de resposta às preocupações manifestadas e sentidas por mulheres em conflitos com características cada vez mais complexas.

De facto, a guerra foi e tem sido motivo de preocupação e de posicionamento colectivo e individual para as mulheres de todas as épocas históricas, independentemente de as suas vozes de protesto ou de envolvimento beligerante serem reconhecidas nas esferas de tomada de decisão. *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la Contemporánea*, que corresponde à publicação das Actas do VIII Colóquio Internacional da Asociación Española de Investigación Histórica de las Mujeres (AEIHM), que decorreu na Universidad de Barcelona em Maio de 2000, dá-nos conta destes espaços sem história e constitui uma proposta que pretende em grande medida colmatar a ausência de reflexão (em Espanha) sobre esta temática.

Na opinião das suas organizadoras, Mary Nash e Susanna Tavera, este livro pretende abordar questões inovadoras e incorporar o instrumental analítico produzido pela interconexão entre história das mulheres e história feminista, por um lado, e história social, por outro. Por isso mesmo os trabalhos que o compõem colocam em evidência a heterogeneidade de interpretações sobre os papéis e o protagonismo político e social alcançado pelas mulheres em con-

junturas de guerra, e dão também testemunho da variedade de olhares historiográficos produzidos pela capacidade de inovação das mulheres nos procedimentos de luta e resistência pacífica.

Esta obra, bem como o colóquio que esteve na sua origem, inscrevem-se na trajectória percorrida pela AEIHM, que desde 1993 tem vindo a organizar colóquios anuais que pretendem desenvolver a investigação sobre a experiência histórica das mulheres e que constituem espaços de recuperação e discussão sobre o papel das mulheres em vários momentos e espaços da história. No que diz respeito às análises de mulheres em períodos de conflitos armados e em momentos de reconstrução de sociedades devastadas por conflitos, são de salientar o colóquio realizado em Valência (1998) intitulado “Mujeres, regulación de conflictos y cultura de paz” e o último colóquio que teve lugar em Barcelona (2003) também sobre as mulheres e as guerras. Mary Nash, uma das organizadoras deste livro, é catedrática de História Contemporânea da Universidad de Barcelona e directora do Grupo de Investigación sobre Multiculturalismo e Género da mesma universidade. Foi a presidente e fundadora da Asociación Española de Investigación de Historia de las Mujeres e é autora de obras como *Rojas: las mujeres republicanas en la Guerra Civil española* (Taurus, 1999), *Women and Socialism. Socialism and Women. Europe between the Two World Wars* (Berghahn, 1998), *Constructing Spanish Womanhood. Female Identity in Modern Spain* (Sunny, 1999), entre outras.

Após uma introdução das organizadoras (Nash e Tavera), o livro segue o esquema adoptado no colóquio realizado em 2000, ou seja, estrutura-se em quatro partes, que correspondem aos quatro grandes períodos históricos considerados: Idade Antiga,

Média, Moderna e Contemporânea. Cada parte é encabeçada pela comunicação que abriu a respectiva sessão do colóquio, e que pretende fixar as linhas de debate (de Ana Iriarte, Cristina Segura, Anna Bravo e Cynthia Enloe, respectivamente), seguindo-se-lhe as restantes comunicações ou capítulos.

O primeiro capítulo, “La virgen guerrera en el imaginario griego”, de Ana Iriarte, coloca em relevo o contraste e a dicotomia existentes na representação de diversas imagens guerreiras femininas na Grécia antiga. A imagem da mulher enquanto símbolo de equilíbrio político da Atenas democrática, representado em Atena, contrastava com a imagem do caos, simbolizado pelas amazonas. Como nos mostra Ana Iriarte, a incompatibilidade fundamental de todo este imaginário radica na oposição de papéis entre mulheres guerreiras e maternidade. A tentativa de superar o essencialismo (que associa as mulheres com práticas pacíficas e determina a sua ausência durante as guerras pelo facto de serem detentoras de um suposto pacifismo natural inerente à sua condição de mulher) e os estereótipos discursivos sobre a participação das mulheres em tempos de guerra, bem como a denúncia dos vários rostos do sistema patriarcal que subjazem à guerra e que tentam invisibilizar o protagonismo das mulheres, são também os objectivos dos artigos de María Dolores Mirón (“Las mujeres de Atenas y la Guerra del Peloponeso”), de Aurelia Martín Casares (“De pasivas a beligerantes: los intereses del discurso dominante respecto a la intervención de las mujeres en la guerra”), entre outras. O capítulo que encabeça a II parte do livro, “Las mujeres en las guerras del Antiguo Régimen”, de Cristina Segura, dá-nos conta da contradição existente entre a obrigação de proteger os mais débeis (considerada pela autora como um pretexto para iniciar uma guerra) e as contínuas

agressões sexuais cometidas contra as mulheres nas guerras feudais, contradição que se mantém até aos dias de hoje. No entanto, a autora tenta ultrapassar a imagem das mulheres enquanto simples vítimas de violência sexual em tempos de guerra, analisando também a presença de mulheres em exércitos e a participação activa de mulheres do povo e da nobreza em contextos de violência (dando os exemplos de María Pacheco ou Toda, a rainha de Pamplona).

De facto, as análises sobre a participação de mulheres e grupos de mulheres em conflitos armados e sobre os impactos destes conflitos nas vidas das mulheres têm recorrido à universalização destas experiências de guerra, recorrendo a uma formulação do tema que parece reduzi-lo à violência sexual, omitindo qualquer outro envolvimento das mulheres. No entanto, durante os conflitos armados, independentemente da época histórica a que correspondam, ocorre um esbatimento das fronteiras que separam a esfera privada da esfera pública. Este esbatimento, na opinião de Murguialday e Vázquez (2001), conduz a uma transformação dos papéis das mulheres considerados como tradicionais, permitindo a vivência daquilo a que estas autoras chamam “experiência parêntesis”, que transforma a percepção que as mulheres têm de si mesmas e molda as suas expectativas para o período posterior à guerra. Na segunda secção de *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la Contemporánea*, as análises destas experiências nas guerras da Idade Média é feita nos artigos de Fina Birulés, Carmen García Navarro, Patricia Mayayo, Paula Fortsner, Raquel Flores e Mónica Carabias.

O capítulo de Anna Bravo, “Mujeres y Segunda Guerra Mundial: estrategias cotidianas, resistencia civil y problemas de interpretación” (III parte) aborda, justamente,

a maior permeabilidade na transposição das fronteiras entre a esfera privada e a militar (pública) através da análise de estratégias de sobrevivência, de resistência civil e de repúdio da violência levadas a cabo por mulheres durante a II Guerra Mundial. Do mesmo modo, são analisados os vários papéis assumidos por mulheres na Revolução Mexicana (Tabea Linhard), o papel das feministas portuguesas durante a I Guerra Mundial (Rosa M^a Ballesteros), o papel das mulheres durante os primeiros anos da União Soviética (Meritxell Benedí), o exemplo das Mães da Praça de Maio (Laia Herrera e Marc Lecha) e as violações de guerra e as mulheres em França durante a I Guerra Mundial (Brigitte Terrason). A quarta e última secção do livro, que corresponde à análise da Idade Contemporânea, e é encabeçada pelo artigo de Cynthia Enloe intitulado “Como se militariza uma lata de sopa?”, que corresponde à tradução do primeiro capítulo do seu livro *Manoeuvres. The International Politics of Militarizing Women's Lives* (Berkeley, California University Press, 2000). Este artigo aborda o problema da “militarização” enquanto tema de alcance cultural e não exclusivamente político, que se desenvolve não só em períodos de guerra mas também em tempos de paz, e que chega com eficácia à população, inserindo-se nos padrões de consumo através da publicidade, da moda, dos próprios jogos infantis e até da alimentação (como sucede com a sopa com massinhas em forma de naves da Guerra das Estrelas), que atravessa e influencia toda a rotina diária. Para Enloe, a militarização não corresponde ao simples acto de ingressar no exército ou de possuir e utilizar uma arma. Trata-se de um processo bastante mais subtil, enraizado na ideologia, nas instituições ou na economia, chegando a ser considerado algo de normal ou mesmo valioso. O objectivo deste artigo é pois o de sublinhar a necessidade de ana-

lisar abertamente o militarismo a partir da perspectiva do sistema patriarcal, a fim de desmascarar os privilégios de uma forma de masculinidade dominante e hegemónica que existe e opera activamente nas sociedades actuais. Os capítulos que se seguem a este capítulo introdutório têm como objectivo analisar a actuação e participação das mulheres durante e após a Guerra Civil e a ditadura espanholas, resultantes das comunicações de Immaculada Blasco e Regine Illion, Lourdes Martínez Prado, Teresa González Pérez e Marian Lorenzo, entre outras.

Este livro constitui um contributo importante para a (re)escrita da história das guerras e das tentativas de resistência e de repúdio da violência, procurando dar conta de episódios e momentos históricos que têm estado invisibilizados, e dando protagonismo a grupos que continuam, até aos dias de hoje, a ser marginalizados. É uma obra que vem mostrar, uma vez mais, que a história, em particular a história das guerras, foi escrita excluindo metade da população que nelas participa. Também por isso é um livro importante, já que a escassez de informação e de análises é lar-

gamente responsável por esse silenciamento de experiências fundamentais.

Tatiana Moura

Referências Bibliográficas

- Enloe, Cynthia (1993), *The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War*. Berkeley: University of California Press.
- Martínez López, Candida (2000), “Luz mujeres e la paz en la historia”, in F. Muñoz; M. Martínez (orgs.), *Historia de la Paz. Tiempos, espacios y actores*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 255-291.
- Mazurana, Dyan; McKay, Susan (1999), *Women and Peacebuilding*. Montréal: International Centre for Human Rights and Democratic Development.
- Murguialday, Clara; Vázquez, Norma (2001), “Género y Reconstrucción Posbélica”, *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 73, 33-39.
- Reardon, Betty (1985), *Sexism and the War System*. New York: Teachers College Press.
- Skjelsbaek, Inger; Smith, Dan (2001), *Gender, Peace and Conflict*. London: Sage.

The End of the World As We Know It

Hinde, Robert; Rotblat, Joseph, *War No More. Eliminating Conflict in the Nuclear Age*. London: Pluto Press, 2003, 228 p.

We appeal as human beings to human beings: remember your humanity and forget the rest. If you can do so, the way lies open to a new paradise. If you cannot, there lies before you the risk of universal death.

Manifesto Russell-Einstein
(Conferências de Pugwash, 9 Julho 1955)

Estar à beira do abismo nuclear durante quarenta anos sem nele cair trouxe uma

falsa tranquilidade à comunidade internacional que se tem revelado contraproducente para lidar com a nova era nuclear do pós-Guerra Fria.

Para os autores de *War No More*, os riscos de acumulação e emprego de armas nucleares que representaram, desde 1945, uma ameaça contínua à estabilidade mundial e à própria sobrevivência da humanidade não desapareceram. Pelo contrário, mantêm-se mais acutilantes do que é generali-

zadamente presumido, ainda que a iminência de um holocausto nuclear esteja, por enquanto, fora de cogitação. Tendo em conta o novo cenário de insegurança que se afigura no início do século XXI, é vital que o alerta que pautou a Guerra Fria relativamente ao perigo deste tipo de armamento regresse à ribalta da opinião pública internacional. É, de certa forma, esse o intuito mais imediato deste livro, que se pretende acessível não só a académicos e decisores políticos mas, muito particularmente, ao cidadão comum.

Robert Hinde e Joseph Rotblat vão, todavia, mais além. Numa altura em que as perspectivas de paz parecem menos prometedoras do que há uma década atrás, apresentam-nos uma proposta ousada, desde logo evidente no título, bastante peremptório. Considerando a magnitude dos perigos que põem em causa a segurança mundial, argumenta-se no livro que só o caminho no sentido da eliminação das armas de destruição maciça e, necessariamente, do próprio fenómeno da guerra pode devolver à espécie humana a certeza da sua continuidade. Os dois objectivos – o primeiro sendo um passo para o segundo – estão intimamente ligados e têm pautado, de forma inabalável, as vidas de ambos os autores.

O ex-físico nuclear Joseph Rotblat, polaco, naturalizado britânico em 1946, esteve envolvido no Projecto Manhattan que desenvolveu a primeira bomba atómica durante a Segunda Guerra Mundial e passou o resto da sua vida em campanha contra aquilo que ajudou a criar. Acreditando que só a ameaça de perder a guerra contra a Alemanha poderia justificar a criação de uma arma com semelhante poder destrutivo, retirou-se do projecto – o único cientista a fazê-lo –, antes mesmo de ela ter sido construída, assim que teve a certeza da inverosimilhança de perigo análogo em mãos nazis.

Uma volumosa obra sobre a questão do nuclear testemunha a sua batalha de 60 anos – uma batalha que lhe valeu alguma impopularidade junto de instâncias oficiais, ao desistir do esforço de guerra aliado ainda durante o conflito mundial e ao bater-se contra a corrida armamentista no pico da Guerra Fria. Viu, finalmente, o seu empenho reconhecido de forma inequívoca ao ser laureado pelo Prémio Nobel da Paz em 1995 em conjunto com as Conferências de Pugwash – organização que fundou juntamente com Albert Einstein e Bertrand Russell, entre outros, em 1955, e que reúne cientistas, académicos e figuras públicas de todo o mundo preocupados com a eliminação do armamento nuclear e a resolução pacífica de conflitos.

Com noventa e quatro anos de idade, Joseph Rotblat é uma personagem histórica de peso (como tive oportunidade de testemunhar numa palestra, há uns anos atrás), o que lhe dá uma autoridade para escrever este livro que pouca gente teria. Companheiro de campanhas e co-autor desta obra, Robert Hinde, é um biólogo e psicólogo consagrado, cuja inclinação pelo estudo do fenómeno da guerra também deriva da sua experiência pessoal enquanto piloto da RAF (Royal Air Force) durante a Segunda Guerra Mundial. Igualmente envolvido nas Conferências de Pugwash, como presidente do *British Pugwash Group*, e actualmente professor jubilado da Universidade de Cambridge, Robert Hinde é um autor extremamente conceituado que tem inúmeros livros e artigos escritos sobre as causas da violência institucionalizada. Rejeitando a noção de que a guerra é uma actividade intrínseca à natureza humana, o autor tem procurado explicar extensivamente os factores psico-sociais que levam aos conflitos armados e tem explorado o modo como as relações humanas podem desenvolver-se de forma pacífica.

Fica claro que ambos os autores combinam o activismo com uma importante elaboração teórica sobre a real ameaça que os conflitos armados representam – ameaça ainda mais premente numa era nuclear. O seu interesse por este tema é, sem dúvida, fruto das suas vidas pessoais. É indispensável termos em conta esta evidência para podermos compreender por inteiro e apreciar verdadeiramente o intuito deste livro.

Assim, lançado no início do século XXI, *War No More* representa o produto final de décadas de reflexão sobre a temática da guerra e da paz e apresenta-se como a ocasião certa para se tentar prevenir os conflitos armados do novo milénio, como refere Robert McNamara, ex-Secretário da Defesa norte-americano, no prefácio. Partindo da premissa de que, em face da presença de armas de destruição maciça, as consequências das guerras serão inevitável e exponencialmente mais devastadoras do que no passado – e tendo em consideração que todas as guerras carregam consigo o potencial da escalada –, a eliminação total da ameaça de confrontação militar surge como uma necessidade vital. Um dos contributos mais importantes desta obra é, precisamente, o facto de tratar a guerra como um fenómeno passível de ser extirpado de forma definitiva. Ao longo do livro, os autores não se perdem em descrições demoradas das consequências das guerras – não mais do que o necessário para alertar os leitores para os perigos de um conflito nuclear em larga escala. Recusam a inevitabilidade da guerra como inerente à natureza humana, apresentando, por sua vez, uma interpretação deste fenómeno como uma instituição que é alimentada quotidianamente por diversos factores sociais, culturais, científicos e militares e que depende da interacção de múltiplas causas para ser desencadeada. A existência e proliferação de armamento conven-

cional e de destruição maciça, o sistema político e o papel do líder, a etnicidade e a religião, a disputa de territórios e recursos ou a globalização podem ser importantes fontes de instabilidade e potenciais conflitos para os quais o livro nos chama a atenção. A verdadeira preocupação dos autores é, então, explorar estas causas mais profundas das guerras e apresentar propostas de caminhos a seguir, com o manifesto intuito de as reduzir e, em última análise, de as eliminar.

Robert Hinde e Joseph Rotblat produzem, assim, um livro que tem a coragem de nos propor “o fim do mundo tal como o conhecemos”. “What has always been does not have to remain the case” (p. 1). É-nos, no entanto, bastante difícil aceitar os ecos de idealismo que este livro encerra, em especial numa altura em que o argumento realista parece mais certo. Não se nos afigura plenamente credível esta visão quase romântica das relações internacionais, em que prevalece o primado do direito internacional, em que a proibição da guerra enquanto forma de resolução de disputas é cumprida, em que a Organização das Nações Unidas surge finalmente com poder para cumprir o seu papel de entidade reguladora do sistema internacional ou em que a ideia de bem comum se reflecte nas políticas externas dos Estados. Por mais que partilhemos das posições dos autores, a ideia de um mundo sem guerras assemelha-se sempre a uma utopia longínqua. É difícil controlar o nosso automático cepticismo. Mas nem por isso o livro nos decepciona, muito pelo contrário. A argumentação é consistente e bem elaborada. Os autores exploram, de forma séria e exaustiva, os pequenos passos fundamentais para assegurar a paz e a segurança internacionais, quebrando ao longo da leitura a nossa inicial relutância. Ainda que resistamos a acreditar na concretização destes dois objectivos finais, as pistas de inter-

venção fornecidas pelos autores são extraordinariamente importantes para guiar uma comunidade internacional algo perdida entre a evidência de um mundo unipolar e a política agressiva de George W. Bush.

Trata-se, indubitavelmente, de um livro para acordar consciências. É o próprio móbil de uma vida inteira que Hinde e Rotblat se incumbem de passar ao leitor. Calculo que as esperanças de ambos os autores poderem assistir à concretização do seu objectivo de longo prazo já tenham desaparecido. E, perante a actual conjuntura internacional, leia-se administração Bush – relativamente à qual ambos são particularmente críticos ao longo de toda a obra –, arriscaria dizer que as esperanças relativamente ao objectivo de curto prazo de eliminação das armas de destruição maciça num futuro próximo também tenham ido pelo mesmo caminho. Mas é precisamente por se estar perante este cenário que os autores consideram importante reavivar a noção de que o conflito armado não é uma inevitabilidade nas relações internacionais. Alguns sinais positivos, ainda que episódicos, têm reforçado esta ideia.

Mesmo numa altura aparentemente menos favorável à discussão deste tema, as manifestações contra a guerra no Iraque revelaram-se não só contra esta guerra em particular mas contra o fenómeno da guerra em si, abrangendo milhões de pessoas e desvendando uma consciencialização relativamente às alternativas ao imediato uso de meios militares para a resolução de um conflito. Para além disso, como disse Rotblat numa entrevista há pouco tempo, “se conseguirmos evitar um holocausto nuclear na era Bush, existe esperança”.

Na verdade, esta obra é, do início ao fim, um repto a partilhar deste optimismo, a responder, de forma empenhada e militante ao apelo de prosseguir um sonho porventura dissonante da realidade actual mas que, segundo os autores, é exequível. Para quem acha que depender meramente da lógica da dissuasão para a inexistência de guerras fica aquém de uma verdadeira ideia de paz, e pretende enveredar por caminhos mais exigentes na busca de um “war-free world”, este livro recomenda-se vivamente.

Teresa Almeida Cravo